

## A INCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL<sup>1</sup>

Izrael Dias Moreira<sup>2</sup>  
[izaelmoreira@hotmail.com](mailto:izaelmoreira@hotmail.com)

**RESUMO:** Este artigo trás à tona reflexão sobre a importância da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental, pois é notória a necessidade de estudo aprofundada sobre o tema e principalmente a mudança de estrutura física e psicológica dos educadores para que a educação seja realmente inclusiva. A estrutura da própria instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar de existirem políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, municipais, estaduais e federais estão longe de ser a escola dos sonhos. Busca-se a compreensão do por que tanta dificuldade em se aplicar a Lei da Inclusão das pessoas com deficiências nas escolas publicas brasileiras. Desta forma iniciou-se a pesquisa com o intuito de averiguar quais as maiores barreiras enfrentada nos dias atuais pelos pais e educadores, o que dificulta tanto a Educação Inclusiva no Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Inclusão, Ensino Fundamental, escola pública.

### 1. INTRODUÇÃO

---

As escolas brasileiras não estão adaptadas, para incluir os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado. Sabe-se que não existem igualdades de oportunidades, cuja concretização demanda referência a situações específicas e historicamente determinadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, garante o acesso dos portadores de necessidades especiais as escolas públicas, fazendo valer assim o seu direito a Inclusão Social. Mas cabe a política governamental formular estratégias eficientes para que esta inclusão não seja uma exclusão causando assim constrangimento aos que precisam de atendimento diferenciado.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como requisito final para obtenção do título de especialista em Gestão Supervisão e Orientação Escolar pela Faculdade AFIRMATIVO/PRISMA.

<sup>2</sup> Graduado em Pedagogia pela FAEC/ FACULDADE DE EDUCAÇÃO DE COLORADO DO OESTE.

A redação deste artigo advém da necessidade de se tratar da importância da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental. Diante da realidade, direitos garantidos e alunos necessitando da inclusão educativa.

## **2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROCESSO HISTÓRICO**

O termo Inclusão foi oficializado no Encontro de Salamanca na Espanha em 1994. Onde foi emitido, nesta ocasião, um documento sobre os princípios, a política e a prática da educação para inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e aponta urgência nas ações educativas capazes de reconhecer a diversidade das crianças e atender quaisquer que seja sua necessidade.

Usou se por muito tempo outras terminologias para designar excepcional e a palavra ainda vem sofrendo transformações consideráveis ao longo dos anos. Na verdade a primeira terminologia adotada foi excepcional, depois pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas portadoras de necessidades especiais, e hoje pessoas portadoras de necessidades educativas, portanto tais mudanças podem ter ocorrido no sentido de minimizar a questão do preconceito social. O termo deficiente implica em não ser eficiente, esta conotação é muito forte e por si só já demonstra preconceito.

Educação Inclusiva é um tema bastante atual na abordagem educacional, se refere aos portadores de necessidades educativas especiais. A partir dos anos 60 alguns escritores começaram a abordar o tema exclusão social. Ele foi utilizado por FOUCAULT (1961) da mesma forma que banimento, reclusão, expulsão, para ele exclusão está diretamente relacionada às formas de distribuição de poder, chamando a atenção para as diferentes modalidades segregadoras que eram considerados como processo totalmente natural pela sociedade, a partir do século XVII.

Em fins da década de 60, a integração surgiu como palavra de ordem para que se interessasse e estavam envolvidos com o seu entendimento. Entendia-se por interação o processo que visa ao estabelecimento de condições

que facilitem a participação da pessoa portadora de necessidade educativa especial na sociedade, obedecendo a valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres estabelecidos.

Ligia Amaral (1994) estabelece uma comparação entre o problema vivido pelo movimento feminista no Brasil e o movimento pela integração das pessoas portadoras de deficiências. A notável semelhança entre os dois grupos se reflete pelas mesmas lutas, em busca de direito a inserção social e a identidade social.

Na realidade a escola, durante muito tempo, excluiu os alunos portadores de deficiência, seja rejeitando sua matrícula, recomenda a segregação, seja considerando-o como cidadão de segunda classe, aceitando por obrigação, mas não promove seu desenvolvimento.

No entanto é possível se constatar alguns avanços na maneira de como a sociedade lidou com a questão da deficiência. Na era pré-cristã, período da antiguidade, os portadores de deficiência não só não tinham direito à educação, como não tinham direito à vida. Eram exterminados, sacrificados em homenagem aos deuses. Na Idade Média ter um filho “deficiente” era considerado como castigo dos deuses. A partir do século XVII os deficientes eram segregados da sociedade, somente no século XIX emergiu uma nova mentalidade: instituições educacionais dedicadas a promover uma educação especializada e o movimento social da filantropia, considerando que aquele que se dedicasse a ajudar à assistência a esse segmento da população “alcançaria o reino dos céus”.

A família, a escola muitas vezes não tem conhecimento dos serviços de atendimento as pessoas que necessitam de atendimento especial, deixando os relegados à própria sorte, muitas vezes na tentativa de incluir, a escola apenas exclui estas pessoas tão necessitadas de atendimento especializados.

Segundo Romeu K. Sassaki: (1997, p. 43)

"(...) a integração social, afinal de contas, tem consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na

sociedade, sim, mas desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade”.

O conselho Nacional de Educação, nos últimos tempos com a preocupação de atingir metas estabelecidas homologou algumas ações dentre elas podemos citar a Resolução CNE Nº 02, de 11 de setembro de 2001, onde se define educando com necessidades educacionais especiais como sendo os que apresentam: ‘dificuldades acentuadas da aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares’; vinculadas a uma causa orgânica específica ou relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; ‘dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis’; ‘altas habilidades/ superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Esta resolução data de setembro de 2001, portanto é uma definição recente, ao considerarmos o histórico escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais fica visível que esta definição é um avanço, que o sistema está preocupado com o fator inclusão, hoje já é possível dizer que o Estado de Rondônia também tem projetos para a implantação de ações de inclusão tais como: cursos de capacitação para professores, projetos de adaptações dos espaços físicos da escola, meios para equipar com laboratório ambiente para se trabalhar com estes alunos, desde que haja profissionais comprometidos com a causa.

### **3. INCLUSÃO OU EXCLUSÃO**

Após um longo processo de exclusão social, dos portadores de necessidades educativas especiais, aconteceram algumas ações em defesas

destas pessoas como: a homologação de algumas Leis debates, seminários, congressos, estatutos, divulgação em mídia. Mobilização social e política na tentativa de fazer valer de fato e de direito esta tão sonhada inclusão, mas alguns pontos ficaram falhos, em vez de alegrar a todos, para muito a “Lei da Inclusão” assustou, professores e pais, se preocuparam com a questão.

As escolas públicas que deveriam se organizar, se estruturar e principalmente promover cursos de formação continuada, deixou toda a responsabilidade nas mãos dos professores, que até de forma inconsciente, e por falta de informação adequada, acabou excluindo mais do que incluindo.

Turmas inteiras foram prejudicadas neste processo de inclusão, educadores que apesar de se esforçarem para atender a todos da mesma forma não conseguiu fazê-lo com total eficiência, o Estado ofereceu sim alguns cursos de formação mas apenas para alguns poucos profissionais que tiveram cinco ou seis dias de curso e que depois deveriam repassá-los aos demais companheiros de trabalho, o que a prática prova que não funcionou, curso relâmpago, são apenas formas irrelevantes e muito pouco auxilia na formação verdadeira do profissional.

Todos são naturalmente a favor do processo de inclusão, mas poucos são os que realmente estão se preparando, buscando novas metodologias, procurando grupos de estudos, se dedicando realmente na causa da luta a favor dos excluídos pela sociedade capitalista e selvagem. A inclusão implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos reconstruindo. É inegável que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e que o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação.

#### **4. INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É?**

A inclusão escolar em muitas escolas está ocorrendo de forma equivocada, professor sem formação específica para incluir o diferente, escolas sem infla estrutura adequada, gestores desqualificados estão fazendo da

inclusão uma exclusão, tenta de todas as formas se esquivarem deste compromisso e se acomodam. Em contrapartida existem muitos profissionais que sabem que o mundo gira, nessas voltas vai mudando e nessas mutações, ora drásticas ora nem tanto, vão também se envolvendo e convivendo com o novo, mesmo que não nos apercebamos este processo.

A inclusão é real, não dá mais para ficar esperando pro ano que vem, ou acreditar que não se é capaz de ensinar uma criança diferente, não resolve os problemas com preconceitos, ou se esquivando, esperando o tempo passar.

Há, contudo profissionais na área educacional que são mais sensíveis, os que estão de prontidão, “plugados” nessas reviravoltas e que dão os primeiros gritos de alarme, quando antevêm o novo. A necessidade do novo, a emergência do novo, a urgência de adotá-lo, para não sucumbir à morte, à degradação do tempo, à decrepitude da vida.

Eles arregaçam as mangas e vão à luta, formam grupos de estudo, desenvolvem projetos e exigem das autoridades competentes cursos de capacitação e melhoria na infraestrutura para receber bem seus alunos.

Esses pioneiros(as) sentinelas do mundo – estão sempre muito perto e não têm muitas saídas para se esquivar do ataque frontal das novidades. São essas pessoas que despontam nos diferentes âmbitos das atividades humanas e que num mesmo momento começam a transgredir, a ultrapassar as fronteiras do conhecimento, dos costumes, das artes, inaugurando um novo cenário para as manifestações e atividades humanas a qualquer custo porque têm clareza do que estão propondo e não conseguem se esquivar ou se defender da força das concepções atualizadas.

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais formam e instruem os alunos. É muito menos desconhecer que aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos.

Toda a sociedade é sabedora da necessidade de expulsar a exclusão das escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos.

É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que são diferentes e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração. Por meio dessas válvulas de escape, a escola continua a discriminar os alunos sem se dar conta de ensinar.

Com o comodismo muitos estão habituados a repassar problemas para outros colegas, os “especializados” e, assim, não recai em seus ombros o peso de suas limitações profissionais.

Embora a inclusão seja uma prática recente e ainda incipiente nas escolas, para que se possa entendê-la com maior rigor e precisão, considera-se suficiente para questionar que ética ilumina as ações na direção de uma escola para todos. Ou, mais precisamente: as propostas e políticas educacionais que proclamam a inclusão estão realmente considerando as diferenças na escola, ou seja, alunos com deficiências e todos os demais excluídos e que são as sementes da sua transformação? Essas propostas reconhecem e valorizam as diferenças como condição para que haja avanço, mudanças, desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação escolar? Ao avaliarmos propostas de ação educacional que visam à inclusão, encontra-se habitualmente, nas orientações dessas ações, dimensões éticas conservadoras. Essas orientações, no geral, expressam-se pela tolerância e pelo respeito ao outro, que são sentimentos que são necessários analisar com mais cuidado, para entender o que podem esconder em suas entrelinhas.

A tolerância, como um sentimento aparentemente generoso, pode marcar uma certa superioridade de quem tolera. O respeito, como conceito, implica um certo essencialismo, uma generalização, que vem da compreensão de que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las.

Nessas orientações, entendem-se as deficiências como “fixadas” no indivíduo, como se fossem marcas impagáveis, as quais só cabe aceitá-las, passivamente, pois pensa-se que nada poderá evoluir, além do previsto no quadro geral das suas especificações estáticas: os níveis de comprometimento, as categorias educacionais, os quocientes de inteligência, as predisposições para o trabalho e outras tantas mais.

Em certas comunidades no nosso País, continua sendo natural as pessoas com deficiência viverem da mendicância e mergulhadas no analfabetismo, sem nenhuma providência da parte dos Poderes Públicos.

A decisão de aceitar esse desafio deve estar fundamentada numa reflexão profunda sobre o papel da educação e o papel da escola enquanto formadora de cidadãos, pois a pressão é contra a atitude inovadora desse tipo poderá ser tão forte quanto o eventual apoio (SOUZA, 1997:554).

As ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula.

Com a ilusão da homogeneidade, promovendo e justificando a fragmentação do ensino em disciplinas, modalidades de ensino regular ou especial, séries, classificações, hierarquias de conhecimentos. Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades - nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. Então, como conclui Santos (1995), é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza.



A construção de sociedades e escolas inclusivas, abertas às diferenças e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas, é um objetivo prioritário da educação nos dias atuais. Nesse sentido, o trabalho com as diversas formas de deficiências e uma ampla discussão sobre as exclusões geradas pelas diferenças social, econômica, psíquica, física, cultural, racial, de gênero e ideológica, devem ser foco de ação das escolas. Buscar estratégias que se traduzam em melhores condições de vida para a população, na igualdade de oportunidades para todos os seres humanos e na construção de valores éticos socialmente desejáveis por parte dos membros das comunidades escolares é uma maneira de enfrentar essas exclusões e um bom caminho para um trabalho que visa à democracia e à cidadania.

## **5- INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

A construção de sociedades e escolas inclusivas, abertas às diferenças e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas, é um objetivo prioritário da educação nos dias atuais. Nesse sentido, o trabalho com as diversas formas de deficiências e com as exclusões geradas pelas diferenças social, econômica, psíquica, física, cultural, racial, de gênero e ideológica devem ser foco de ação das escolas.

Buscar estratégias que se traduzam em melhores condições de vida para a população, na igualdade de oportunidades para todos os seres humanos e na construção de valores éticos socialmente desejáveis por parte dos membros das comunidades escolares é uma maneira de enfrentar essa situação e um bom caminho para um trabalho que visa à democracia e à cidadania.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, por conter o consenso da comunidade internacional sobre os direitos considerados fundamentais o ser humano, pode ser um guia de referência para a análise dos conflitos de valores

vivenciados em nosso cotidiano e para a elaboração de programas educacionais que objetivem uma educação em valores.

Para promover uma educação ética e voltada para a cidadania, deve-se partir de temáticas significativas do ponto de vista ético, propiciando condições para que os alunos e alunas desenvolvam sua capacidade dialógica e desenvolvam a capacidade autônoma de tomada de decisão em situações conflitantes do ponto de vista ético/moral.

Segundo a Revista nova escola- Edição Especial | Julho 2009 (p.38)

“Adequar é o caminho **ESPAÇO** Adaptação do ambiente escolar para permitir que todos tenham acesso às dependências da escola. Isso inclui rampas e elevadores, mas não só. Entram aí também o reordenamento da sala de aula, por exemplo, e a identificação de materiais em braile para que um cego possa se locomover e encontrar o que procura com autonomia.”

Sinais, existentes ou não na realidade escolar, denotam prioridades em relação à inclusão. Eles precisam ser repensados dia-a-dia para que os discursos não sejam abstrações vazias na escola regular, dita de todos, mas que se reveste de padronizações ingressantes, que cabem no modelo do *regular*, e que excluem de maneira velada as diferenças existentes.

Com a inclusão todos ganham: pais, professores, alunos ditos normais, e os portadores de necessidades educacionais especiais, a convivência, as trocas de experiências são algo ímpar, muito enriquecedor, a convivência com as pessoas que antes eram excluídas trás muito afeto e desejo de aprender e superar-se, dando uma lição de persistência e força de vontade.

O Brasil vem galgando espaços significativos na melhoria das condições de acesso à educação. É inegável, porém, que as escolas continuam sendo produto e produtoras de exclusões sociais, dos mais diversos tipos.

A resistência em mudar o paradigma que sustenta um perfil excludente de educação, ainda esta muito presente, em que as “categorizações “das pessoas por suas diferenças sociais, econômicas, psíquicas, físicas, culturais, religiosas, raciais, ideológicas e de gênero reforçam conflitos e

violências físicas e simbólicas, e tornam-se entraves para a constituição da inclusão educacional”.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola precisa mudar e não os alunos e as alunas. Ela precisa ser ressignificada de acordo com o paradigma de ética, cidadania e democracia que sustenta os movimentos inclusivos. Se o primeiro passo foi à luta pelo acesso, em que os resultados começam a ser visualizado, o segundo está na conquista da qualidade da educação para cada um e para todas as pessoas, de forma a consolidar a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os seres humanos. Dessa maneira, combate-se às exclusões nas distintas formas de manifestação. Num segundo movimento caminhar-se-á a, rumo a construção da sociedade justa, solidária e feliz estabelecendo novos paradigmas educacional, inclusivo.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L.A **Pensar Diferença/Deficiência**. Brasília: coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) 1994

BIELER, Rosangela Berman. **Ética e legislação: os direitos das pessoas portadoras de deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: Rotary Club, 1990.

BRASIL **Constituição Federal** de 1988.

\_\_\_\_\_, Lei 9.394 de 24 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a educação infantil**. v. 1 e v. 2. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Relatório de Gestão 2000.**

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. SEESP. Resolução 95/2000: **Dispõe sobre o atendimento dos alunos com necessidades educacionais da rede estadual de São Paulo.** Brasília: MEC, 2000.v

\_\_\_\_\_, **Conferencia Mundial sobre necessidade de Educação Especial**, 1994.

BUENO, J. G. S. Educação Especial Brasileira: **integração/segregação do aluno diferente.** São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

\_\_\_\_\_, **Educação inclusiva e escolarização dos surdos**

CORDE - **Coordenação Nacional para Integração da pessoa portadora de Deficiência.** Ministério do Bem Estar Social, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Sala 735, Brasília. DF.

CORDE-DECLARAÇÃO DE SALANCA, **E Linha de ação sobre as necessidades educativas especiais** In: Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais acesso e qualidade. Brasília:, 1994

CURY, A. Direne e N. Omar (1997). **“Modelos baseados em estereótipos e oráculos para a aprendizagem de conceitos visuais”** SBIE ‘ São José dos Campos, SP.

FONSECA, V. **Educação Especial**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

FOUCAULT M **.A História da Loucura da Idade Clássica.** São Paulo Editora Perspectiva, Coleção estudos (1961)

SILVA,T.T.**Identidade e diferença:a perspectiva dos estudos culturais.** **Petrópolis**, Vozes, 2000

SOUZA, Wanderley Lopes de, Drummond, Rogerio. Sao Carlos: Universidade Federal de Sao Carlos, 1997. 554 p. : **TELEMATICA; ADMINISTRACAO; REUNIOES.**